



Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011

Autores: Maria Manuel Vieira,

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
mmvieira@ics.ul.pt

Vítor Sérgio Ferreira

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
vitor.ferreira@ics.ul.pt

Jussara Rowland

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
jussara.rowland@ics.ul.pt

A portrait of youth condition in Portugal: highlights and trends in the 2001 and 2011 censuses

Resumo:

O artigo pretende retratar a situação dos jovens portugueses na atualidade, bem como identificar as principais tendências de permanência e mudança ocorridas nesta população na última década, em três domínios relevantes – demográfico, escolar e laboral. Para tal, optou-se por reter como arco temporal o período compreendido entre 2001 e 2011, tomando como referência os dados relativos aos recenseamentos da população desses mesmos anos.

A análise de tais dados permite discernir três grandes tendências longitudinais, estruturantes da situação social dos jovens de hoje, em Portugal. Em primeiro lugar, a sua compressão demográfica, revelando uma tendência de decréscimo da população jovem em todos os grupos etários, mais acentuada nos escalões entre 20 e 24 anos e entre 25 e 29 anos. Uma segunda tendência identificada é a notável progressão da população jovem portuguesa no sistema escolar, evidenciada não apenas na “alunização” dos jovens adolescentes, como também no aumento da proporção de estudantes entre os jovens adultos. Por último, os dados permitem ainda verificar dificuldades acrescidas no

acesso dos jovens portugueses ao mercado de trabalho. Por um lado, observa-se que a inserção laboral dos jovens se encontra dificultada não só à entrada do mercado de trabalho, mas também na sua permanência e continuidade dentro deste. Como consequência o processo de inserção profissional dos jovens tem vindo a ser cada vez mais tardio, crescendo e prolongando-se as situações de dependência financeira da família.

Palavras-chave: População juvenil – Censos – Demografia – Educação – Trabalho – Meios de vida

Abstract:

The aim of this article is to portray the social situation of Portuguese youth nowadays, and identify the main trends of permanence and change that have occurred in this population over the past decade, in three important domains - demography, education and work.

To this end, we focused on the period between 2001 and 2011, when population censuses took place. The analysis of these data enables us to discern three main longitudinal trends. Firstly, its demographic compression, revealing a tendency towards a decrease in young population, more accentuated in ages between 20 and 24 years and 25 and 29 years. A second trend identified is the remarkable progression of Portuguese youth in the school system, as evidenced not only in the considerably high enrollment rates among young adolescents, but also in the increasing number of students among young adults. Finally, the data reveals increased difficulties for Portuguese young people in the access to the labor market. In fact, the process of transition to the labour market is hindered not only at the entry, but also in its permanence and continuity. As a consequence the process of transition to the labour market has been increasingly delayed, extending the situations of financial dependence on the family.

Key words: Youth – Census – Demography – Education – Work – Livelihoods

Introdução

Sujeitos em rarefação demográfica, mas com visibilidade social acrescida, os jovens são protagonistas de um conjunto assinalável de dinâmicas que têm marcado profundamente a sociedade portuguesa.

Por um lado, contrariamente à pujança demográfica que até há bem pouco tempo caracterizava a população jovem portuguesa, assiste-se nos últimos anos – e de forma acelerada – ao seu contínuo decréscimo, quer em número, quer em peso relativo, no conjunto total da população. Tal fenómeno assume, de resto, múltiplas facetas. Para além de um desequilíbrio inter-geracional evidente que afeta, desde logo, a sustentabilidade do contrato social em que se apoia o Estado Providência, a redução do número de crianças e de jovens provoca, igualmente, outros impactos sociais negativos. A contração de equipamentos e serviços destinados aos mais novos - de que a recente reorganização da rede escolar, com o encerramento de um número significativo de escolas é, apenas, disso um exemplo - é, justamente, uma faceta do (re)ajustamento demográfico acelerado ocorrido em Portugal.

Simultaneamente, esta intensa contração demográfica assume facetas de sinal contrário. A rarefação da população juvenil tem sido concomitante com a significativa valorização social e simbólica conferida aos mais novos, na sociedade portuguesa - e de que é, em parte, produto (Almeida, 2005; Cunha, 2007; Wall, 2005). A representação tendencialmente instrumental das crianças e dos jovens como “adultos em miniatura” e, por isso, como mão-de-obra indispensável à sobrevivência económica da família, cede agora lugar a uma representação predominantemente expressiva e fonte de investimento afetivo parental, que equaciona as crianças e jovens como “adultos em devir”, na qualidade de seres vulneráveis a requerer proteção e a necessitar de preparação para poderem aceder à plena adultícia. Nessa medida, o diferimento progressivo do acesso ao mercado de trabalho e à independência económica, decorrente do período de moratória formativa tutelada, ou seja, da escolaridade prolongada, tem vindo a remeter os jovens à condição (exclusiva) de consumidores e estimulado a proliferação de um inédito mercado de produtos e serviços a eles consagrados.

Um dos reflexos da forte valorização social das gerações mais novas é, justamente, o acrescido investimento realizado na sua preparação formativa. Partindo de níveis de escolaridade e de formação confrangedoramente baixos, fortemente ancorados na predominância “naturalizada” do modelo de inserção profissional precoce, os jovens têm vindo a protagonizar uma verdadeira revolução escolar silenciosa propiciada pela conjugação de políticas educativas promotoras da democratização escolar, da alteração sensível da estrutura produtiva nacional e melhoria das condições económicas da população portuguesa, com a conversão das famílias à bondade da escolarização dos filhos enquanto passaporte para um futuro melhor (Almeida e Vieira, 2006).

Não obstante, os jovens constituem uma das categorias sociais mais vulneráveis às recentes alterações no mercado de trabalho, em função das dificuldades acrescidas de inserção profissional com que se têm confrontado¹. Na convergência de transformações recentes como a compressão do emprego e a proliferação de diferentes estratégias de flexibilização laboral, consubstanciadas em modelos de organização do trabalho baseados em formas cada vez mais precárias e intermitentes de emprego, os itinerários de inserção socioprofissional dos jovens têm sido bastante afetados, tornando-os menos lineares e padronizados, mais longos e intermitentes, sujeitos a maiores riscos e turbulências (Alves et al., 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Pais, 2001).

Esses itinerários de inserção começaram a ser cada vez mais caracterizados por sucessivos adiamentos na entrada no mercado de trabalho, arrastando-se muitos jovens em carreiras escolares intermináveis, ou caindo em situações “nem-nem” – nem estudam, nem trabalham, sequer procuram ativamente emprego (não integrando, por isso, as estatísticas do desemprego). Depois da entrada no mercado de trabalho, os itinerários juvenis são cada vez mais marcados pela alternância entre a inatividade, o desemprego, o trabalho informal, o emprego precário e de curta duração, os estágios e cursos de formação profissional, confrontando cada vez mais jovens com a dificuldade em desenvolver projetos profissionais e pessoais a médio ou longo prazo.

¹ O conceito de inserção profissional dos jovens, em termos genéricos, dá conta do período que medeia a saída dos sistemas de ensino ou de formação e a obtenção de um emprego, durante o qual o jovem negocia, no mercado de trabalho, os saberes, competências e qualificações sancionados por um diploma (Alves, 2008).

O artigo que aqui se apresenta pretende identificar, com base em três domínios relevantes – demográfico, escolar e laboral - a situação dos jovens portugueses na atualidade, em comparação com o passado recente. Para tanto, optou-se por reter como arco temporal o período compreendido entre 2001 e 2011, para evidenciar os principais traços evolutivos da sua situação ocorridos nos últimos dez anos.

A estabilização dos dados apurados no último recenseamento da população, em 2011 - e das estimativas demográficas que a partir dele foram atualizadas – permite cartografar com rigor as principais tendências de permanência e mudança ocorridas no espaço desta última década, tomando como referência comparativa os dados do recenseamento da população de 2001.

A análise realizada, na linha da tradição de trabalhos similares desenvolvidos pelo Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ) com base em apuramentos do INE (Ferreira, 2006; Ferreira et al. 1999), utilizou como fonte principal os dados censitários relativos especificamente à população inscrita no escalão etário dos 15 aos 29 anos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística.

POPULAÇÃO RESIDENTE JOVEM EM PORTUGAL

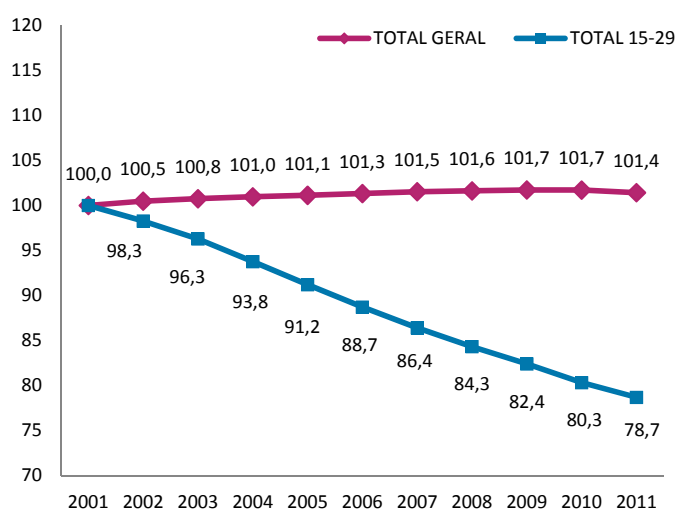
Jovens e menos jovens

Ao analisar as novas estimativas da população residente, atualizadas à luz dos resultados do último ato censitário de 2011, constata-se que entre 2010 e 2011, pela primeira vez desde os finais dos anos 80, verificou-se um decréscimo da população portuguesa, tendo esta perdido 30.323 habitantes. Este decréscimo deveu-se, por um lado, aos efeitos prolongados da diminuição das taxas de natalidade no nosso país, mas também, por outro lado, ao impacto da crise económica, que veio fomentar novos fluxos de emigração da população portuguesa para o estrangeiro e redução no número de imigrantes em Portugal (Peixoto, 2013).

Em parte, esta recente alteração de tendência de crescimento da população residente (que entre 2001 e 2010 tinha continuado a aumentar, mesmo que de forma ténue) vem acompanhar um outro fenómeno já em curso desde meados da década de noventa do século passado: a progressiva e acelerada diminuição da população jovem nacional (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999; Ferreira et al., 2006). Entre 2001 e 2011 essa tendência confirmou-se, tendo a população portuguesa entre os 15 e os 29 anos decrescido 21,3% (figura 1).

Figura 1

Índice de Crescimento da população total residente e da população jovem residente por ano, Portugal, 2001-2011 (2001=100)(%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Considerando a representatividade da população jovem no conjunto da população geral portuguesa, verifica-se que o seu peso tem vindo a diminuir de forma progressiva. Em 2001 a população entre os 15 e os 29 anos representava 21,7% da população portuguesa; em 2011 esse valor situava-se nos 16,8%, indicando um decréscimo de 4,9 valores percentuais (figura 2). Estes dados vêm confirmar não só a diminuição progressiva do peso relativo da população jovem no total da população, como o acentuar dessa tendência. Recorde-se que na década anterior, entre 1991 e 2001, o decréscimo do peso da população jovem sobre o total da população residente tinha sido de 2% (de 23,7% em 1991 para 21,7% em 2001) (Ferreira et al., 2006). Isso significa que em 20 anos, entre 1991 e 2011, os jovens deixaram de representar quase $\frac{1}{4}$ da população, para passar a representar apenas $\frac{1}{6}$.

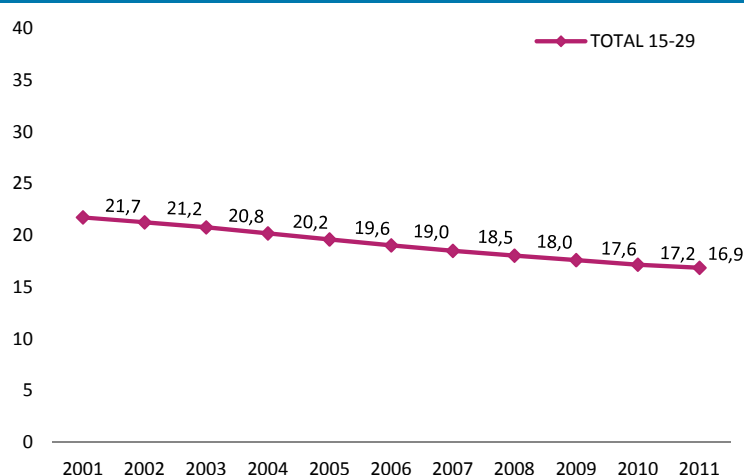
Jovens e subgrupos etários

A evolução demográfica da população jovem por grupos etários (figura 3) revela uma tendência de decréscimo para todos os grupos etários. Mas com algumas especificidades: o grupo dos jovens entre 15-19, que durante a década de noventa tinha sofrido uma diminuição do índice de crescimento mais acelerada, em torno dos 22% (Ferreira et al., 2006), teve uma quebra menos acentuada entre 2001 e 2011, perto dos 17%. Os escalões etários superiores (jovens entre os 20 e 24 anos e entre os 25 e 29 anos) sofreram uma descida maior do índice de crescimento: 24,8% para o escalão 20-24 e 23,6% para o escalão 25-29. Estes valores significarão, para o caso dos jovens entre os 15 e os 19 anos, um ligeiro abrandamento dos efeitos da redução da taxa de fecundidade sobre esta faixa etária.

No caso dos jovens mais velhos, devemos ter em conta os efeitos recentes da crise económica no aumento da saída de jovens portugueses e estrangeiros de Portugal. De facto, entre 1991 e 2001, estes grupos etários tinham visto o seu índice de crescimento manter-se relativamente estável (no caso do escalão 20-24), ou aumentar (no caso do escalão 25-29), devido, provavelmente, ao saldo migratório positivo e ao aumento considerável da taxa de imigração de origem estrangeira, que compensou a quebra da natalidade (Peixoto, 2013). Os efeitos do saldo migratório sentem-se no sentido inverso entre 2001 e 2011, sobretudo a partir do final da década. De facto, com a crise económica, e o aumento da taxa de desemprego, não só o número de imigrantes permanente em Portugal tem vindo a diminuir, como as taxas de emigração da população

Figura 2

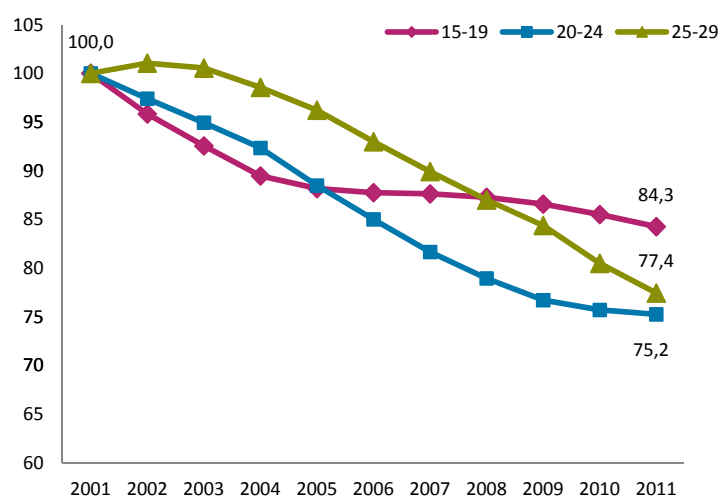
Peso da população jovem residente em relação à população total residente, por ano, Portugal, 2001-2011 (%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Figura 3

Índice de crescimento da população jovem residente, por ano, segundo grupo etário, Portugal, 2001-2011 (2001=100)(%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

portuguesa dispararam, criando assim uma situação de saldo migratório negativo em 2011 (INE, 2013). Estas alterações terão um impacto acentuado número de jovens (portugueses e estrangeiros) dos escalões etários mais velhos, muitos dos quais em processo de inserção no mercado de trabalho, ou em processo de definição dos seus percursos profissionais.

Distribuição da população jovem pelo território nacional

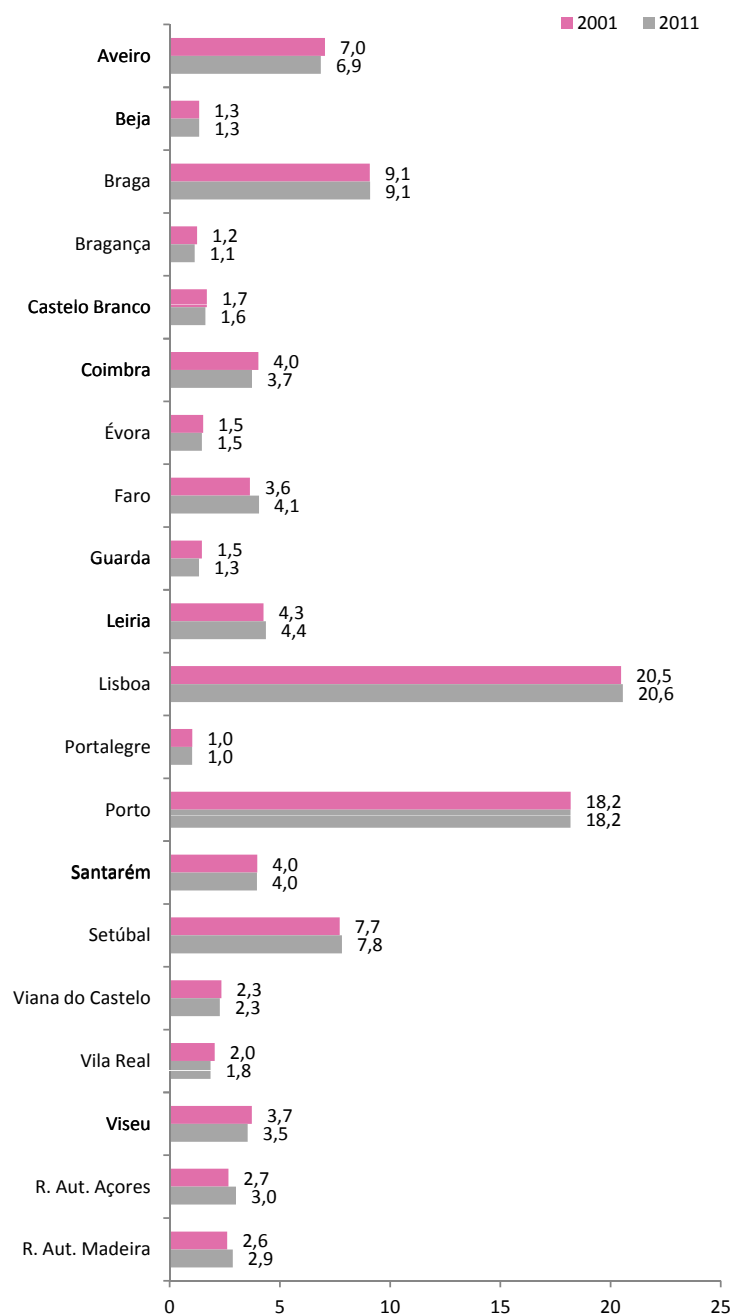
A distribuição dos jovens pelo território português em 2011 não apresenta grandes variações face a 2001, mas vem confirmar a tendência do reforço da concentração de jovens em distritos marcadamente urbanos, como Lisboa ou Porto. Em 2011, 38.7% da população jovem portuguesa residia nestas duas regiões, valores que se mantiveram estáveis ao longo da primeira década do novo século.

Os distritos de Faro, Leiria, Setúbal e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores foram os que, na última década, viram a sua representação no total da população jovem portuguesa aumentar. Na situação oposta estão os distritos de Coimbra, Vila Real, Viseu, Bragança, Castelo Branco e Aveiro (figura 4).

Apesar de as variações terem sido pequenas, estas vêm no entanto consolidar a tendência para a crescente urbanização e litoralização da população jovem portuguesa em curso desde pelo menos a década de 60 do século passado (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999) – de facto, dos distritos do litoral, apenas Viana do Castelo e Aveiro viram a sua contribuição para a população jovem portuguesa diminuir.

Figura 4

População jovem residente por Distrito e Região Autónoma, 2001 e 2011
(% em relação ao total de jovens residentes em Portugal)



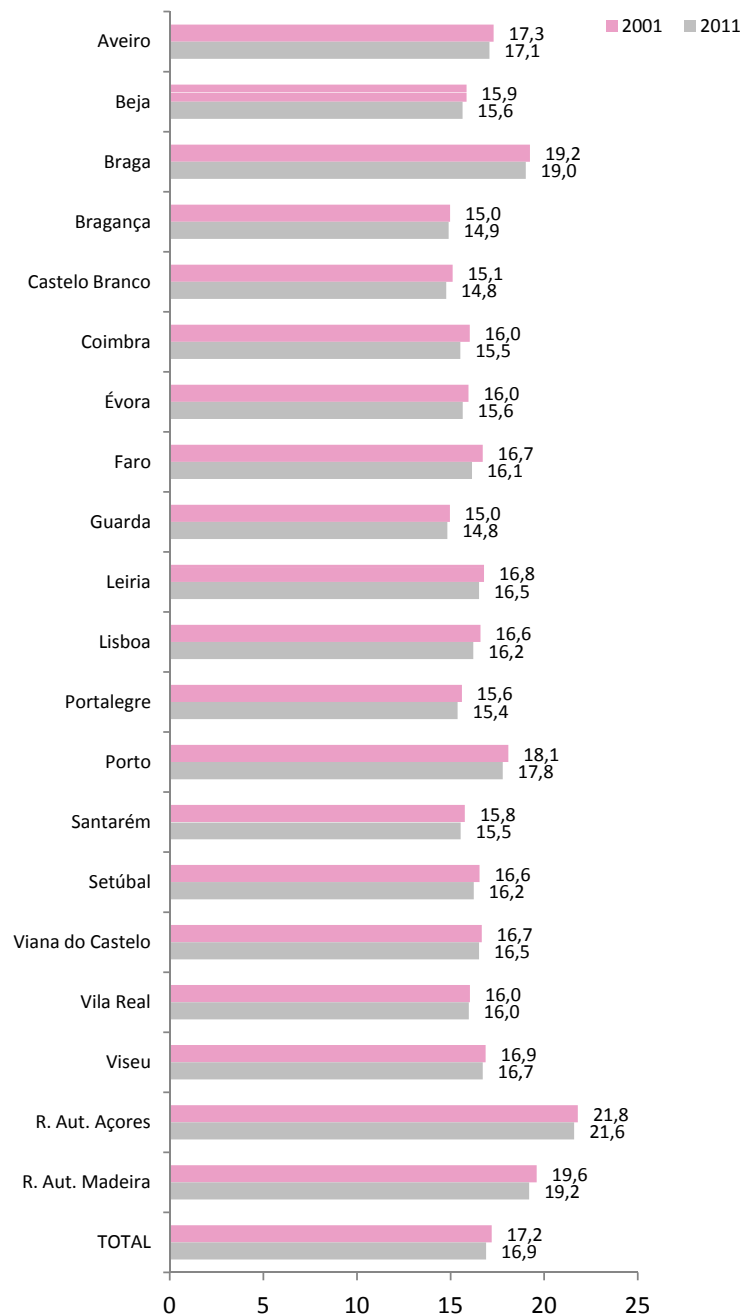
Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

No que se refere à representação juvenil na população distrital, verificamos que o processo de envelhecimento da população em curso é generalizado e reflete-se em todas as zonas do país (figura 5). Alguns distritos evidenciam-se, no entanto, por apresentar um decréscimo do peso da população juvenil acima da média nacional (-0,3% entre 2001 e 2011): Faro, Coimbra, Lisboa, a Região Autónoma da Madeira e Castelo Branco são os distritos onde o quociente de população entre os 15 e os 29 anos no total da população do distrito mais decresceu. De notar que as zonas que melhor resistiram a esta tendência de diminuição do peso da população juvenil foram os distritos do interior norte de Portugal, nomeadamente Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, para além da Região Autónoma dos Açores e do distrito de Viana do Castelo.

A Região Autónoma dos Açores evidencia-se, também, por ser a zona do país onde a população juvenil tem um peso maior sobre a população local (21,6%), situação que se mantém desde 2001. Seguem-se-lhe a Região Autónoma da Madeira, Braga, Porto e Aveiro, todos com uma representação de jovens na sua população acima da média nacional (16,9% em 2011).

Figura 5

População jovem residente sobre a população total residente, por ano segundo o Distrito e a Região Autónoma, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

OS JOVENS FACE À ESCOLA

A “alunização” da juventude

A análise dos indicadores relativos à escolaridade da população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos confirma o lugar central que a escola detém nas trajetórias juvenis contemporâneas.

A taxa de escolarização segundo o grupo etário - definida como a relação percentual entre o número total de alunos de um dado grupo etário matriculados no sistema educativo e o número total de população residente desse mesmo grupo etário – mede justamente o grau de inclusão da população no sistema e, por conseguinte,

permite apurar a amplitude daquela centralidade. Como se observa no figura 6, para a generalidade dos adolescentes (neste caso, os que estão inscritos no escalão etário dos 15 aos 19 anos) ser estudante constitui uma atividade que impregna duradouramente a sua vida quotidiana. Se tal já era a norma em 2001, quando 71% dos portugueses desse grupo se encontrava no sistema de ensino, dez anos depois a tendência reforça-se: a condição estudantil abarca 83,9% dos jovens daquele escalão etário (figura 6). E, como alguns estudos têm sublinhado, esta “alunização da juventude” (Correia e Matos, 2001) não deixa de produzir importantes efeitos nos adolescentes: para além de a experiência escolar passar a estruturar decisivamente as suas vidas e a condição de aluno definir doravante a sua identidade social (Vieira, 2005), o contacto diário e duradouro com outros pares propiciado pela escola reforça a importância socializadora que o grupo de colegas e amigos - por vezes em oposição ao mundo adulto - adquire na configuração de valores, práticas e estilos de vida (Abrantes, 2003; Lopes, 1996; Pasquier, 2005; Rayou, 2000; Resende, 2010; Vieira, 2011). O mesmo já não sucede com os mais velhos. A condição estudantil rareia junto da população juvenil com mais de 20 anos - e sobretudo após os 25 anos - evidenciando os constrangimentos (nomeadamente económicos) a uma escolaridade prolongada que ainda subsistem junto de largos grupos da população portuguesa.

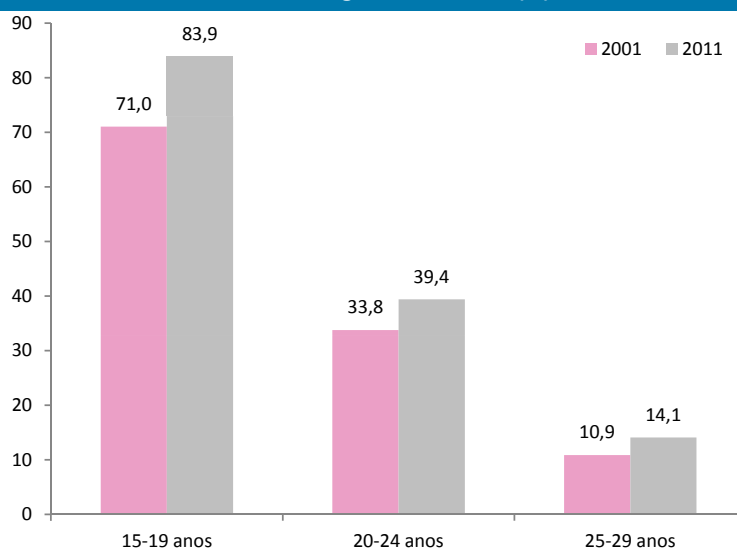
Não obstante, observam-se alguns progressos: a condição estudantil expande-se sempre que se compara 2001 com 2011, qualquer que seja o grupo etário considerado. Entre a população com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, a proporção de estudantes passa de 33,8%, em 2001, para quase 40% em 2011. Por sua vez, no grupo etário mais velho (dos 25 aos 29 anos) os valores revelam-se mais tímidos, mas mesmo assim positivos: a proporção dessa população que se encontra a estudar passa de 10,9%, em 2001, para 14,1%, em 2011.

Tais tendências podem resultar da confluência de vários fatores que marcaram decisivamente esta década e que são propícios a um reforço da componente escolar das trajetórias juvenis:

por um lado, o efeito conjugado da ambição de aceder a patamares superiores de ensino com a constatação da crescente desvalorização dos diplomas, tenderá a empurrar alguns jovens para níveis mais avançados de ensino, como forma de manter a raridade relativa da sua formação e o seu valor de mercado (Duru-Bellat, 2006); por outro, as dificuldades acrescidas colocadas aos jovens no acesso ao emprego poderão potenciar o recurso ao sistema de ensino como “parque de estacionamento” por parte de populações em situação de desemprego real ou virtual. A esta conjugação de fatores alia-se, neste período, um conjunto de medidas de política educativa que potenciam a escolarização juvenil. Salientamos, entre outros, a redução do tempo de duração dos estudos superiores - e consequente acessibilidade a um número maior de candidatos - por força da generalização das prerrogativas do Processo de Bolonha ao conjunto das instituições de ensino superior português; e a aposta na diversificação das ofertas escolares para adultos, promotoras do seu regresso aos estudos - Programa Maiores de 23 Anos, Programa Novas Oportunidades, Cursos de Educação e Formação de Adultos, para só citar os mais populares.

Figura 6

Taxa de escolarização da população jovem residente, segundo o grupo etário, Portugal, 2001 e 2011 (%)

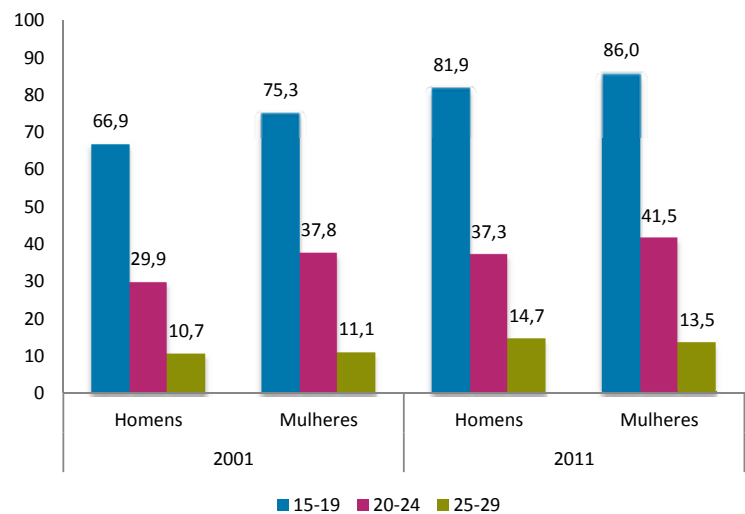


Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

O quadro genérico traçado refrata-se em variações por género: em ambos os anos censitários considerados as raparigas permanecem mais tempo na escola do que os rapazes (figura 7).

Figura 7

Taxa de escolarização da população jovem residente por grupo etário, segundo o sexo, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Sabe-se como a progressiva paridade entre géneros – em termos de práticas, representações e destinos sociais – exercitada cada vez mais pelas famílias junto dos filhos tem beneficiado particularmente as raparigas e a sua escolarização (Wall, 2005). Ultrapassando estereótipos que outrora as afastavam duradouramente da escola, as raparigas têm nas últimas décadas protagonizado uma silenciosa revolução escolar, ao progredirem velozmente no sistema educativo, suplantando em sucesso e em longevidade escolar os seus pares masculinos graças a um investimento mais eficaz nos estudos (Almeida e Vieira, 2006; Ferrand, 2005; Ribeiro, 2007).

As taxas de escolarização por sexo comprovam-no. Em 2001, a disparidade entre rapazes e raparigas era particularmente acentuada, ascendendo a 8% a diferença entre os dois sexos, no escalão etário dos 15 aos 19 anos: 75,3% das raparigas, contra apenas 66,9% dos rapazes, estava no sistema de ensino. Dez anos depois, e para o mesmo grupo etário, semelhante padrão atenua-se, mas não desaparece. A distância entre os dois sexos reduz-se para 4%, permanecendo as raparigas à frente dos rapazes, no que toca a escolarização: 86% das raparigas estão a estudar, contra 81,9% dos rapazes. O mesmo sucede no escalão etário seguinte. Em perfeita homologia com o grupo anterior, no grupo etário dos 20 aos 24 anos observa-se idêntica preponderância feminina e idêntica distância relativa entre os dois sexos – 8% em 2001 e 4% em 2011 – ainda que em atenuação, no período considerado. Apenas no grupo etário mais velho (25-29 anos) as taxas de escolarização, significativamente mais baixas, apresentam valores muito próximos para os dois sexos nos dois anos em referência - sendo mesmo mais favorável para os rapazes (com 14,7%), comparativamente com as raparigas (que atingem 13,5%) em 2011.

Estes dados parecem ir ao encontro dos estudos atrás mencionados, que assinalam uma dupla vantagem escolar das raparigas, uma vez que estas prosseguem os estudos até níveis mais avançados e obtêm mais sucesso, o que faz antever trajetórias escolares mais lineares, sem interrupções ou compassos de espera (via reprovações), não deixando “arrastar” os estudos para além da idade esperada.

No entanto, estes dados revelam também que, no espaço de uma década, as acentuadas disparidades escolares entre os dois sexos diminuíram. Tal parece confirmar as análises que sublinham o papel dos cursos de carácter profissionalizante (cursos de educação e formação, cursos profissionais, cursos de especialização tecnológica) – uma clara aposta de política educativa nesta década – na adesão e fixação à escola das populações escolares em risco de abandono (Capucha et al., 2009) – como sejam, nomeadamente, os rapazes.

Em suma, da leitura das taxas de escolarização da população juvenil constata-se que, em Portugal e pelo menos desde o começo do século XXI, o fim do período da adolescência coincide, para a maioria dos jovens, com o fim da sua condição de estudante.

Insiders e outsiders: escolaridade e separação das juventudes

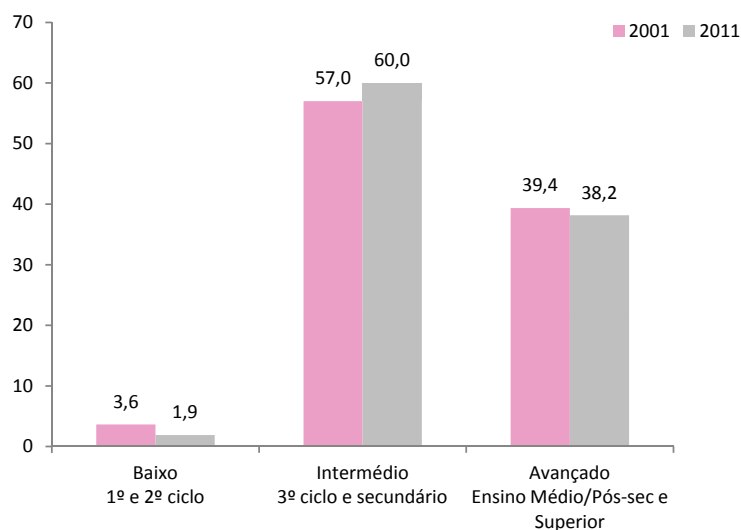
Como evidenciámos, a condição estudantil é hoje parte constitutiva da condição juvenil. Mas a experiência escolar, que consolida um grupo etário numa dada condição social (a juventude), também separa, desagrega, distingue – desde logo, entre os que continua a acolher e os que (mais ou menos precocemente) a abandonam.

Dos dados apurados através dos censos, dois grupos se destacam: a população residente que, à data do inquérito, ainda está a estudar e aquela que já não frequenta o sistema de ensino. Vejamos os contornos que cada grupo apresenta.

A figura 8 representa o grupo dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos *que se encontra a estudar*, por nível de instrução frequentado. No espaço de uma década observa-se uma retração da proporção de jovens com estudos atrasados relativamente à idade ostentada – ou seja, os que apresentam uma escolaridade “arrastada”² no 1º e 2º ciclo do ensino básico (por força de repetências ou intermitências de entradas e saídas do sistema) - e a concomitante progressão dos jovens para níveis ulteriores de ensino (ciclo terminal do básico e ensino secundário). De facto, de entre os jovens com idades compreendidas entre os 15 aos 29 anos que ainda se encontram a estudar, há um aumento da proporção daqueles que estão nos níveis intermédios do sistema de ensino: de 57%, em 2001, essa proporção passa para 60% em 2011. Este reforço da concentração da população jovem nos níveis intermédios de ensino faz neste período decrescer, em 1,2 pontos percentuais, a proporção daqueles que frequentam os escalões de topo do sistema. Em suma, verifica-se neste grupo uma tendência para trajetórias escolares mais longas e sequenciais.

Figura 8

População jovem residente a frequentar o ensino, por nível de instrução frequentado, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

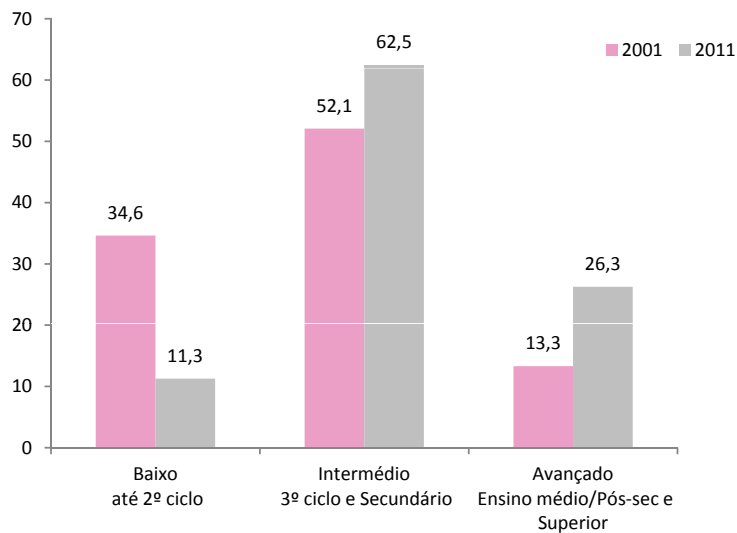
Por sua vez, a população residente do mesmo grupo etário (15-29 anos) que *já não se encontra a estudar* à data censitária, apresenta um perfil contrastante entre 2001 e 2011. Pode-se afirmar que, no espaço de dez anos, diminuiu fortemente a proporção dos jovens que saem do sistema de ensino com títulos escolares mais rudimentares, ou seja, até 6 anos de escolaridade (os valores caem de 34,6% para 11,3%) e eleva-se significativamente a proporção daqueles que saem da escola com diplomação intermédia e superior – de 52,1% para 62,5% no caso dos possuidores de 9 a 12 anos de escolaridade; de 13,3% para 26,3%, no caso dos que saem do sistema com títulos de ensino médio, pós-secundário ou superior (figura 9).

Apesar de o abandono escolar desqualificado (abandono da escola sem conclusão da escolaridade obrigatória) continuar a fazer parte da paisagem educativa portuguesa, é inegável que os jovens portugueses de hoje beneficiam de uma formação escolar mais longa e mais bem-sucedida.

² Expressão retirada de A. Sedas Nunes no seu clássico estudo sobre o ensino superior (NUNES, 1968). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *Análise Social*, 22-23-24, pp. 295-385).

Figura 9

População jovem residente que não frequenta o ensino, por nível de instrução possuído, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

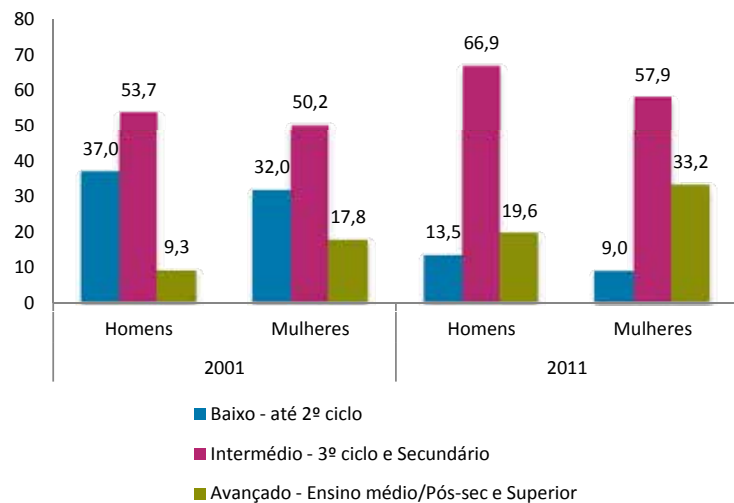
No entanto, e replicando tendências estruturais já enunciadas, de entre os jovens que já não se encontram a estudar registam-se diferenças de género notórias (figura 10). As raparigas tendem a sair mais tarde do sistema de ensino, munidas de melhor titulação do que os rapazes, como se comprova nos dois anos censitários considerados. Neste período, as raparigas reforçam significativamente o seu investimento escolar ao nível dos títulos de ensino médio, pós-secundário e superior, comparativamente com a proporção de rapazes que os obtêm.

Comparativamente, há uma maior proporção de rapazes que abandonam os estudos com baixos níveis de instrução, apesar dos progressos alcançados. Se entre 2001 e 2011, o abandono escolar desqualificado (até 6 anos de escolaridade) na população jovem masculina sofre uma significativa redução (cai de 37% para 13,5%), a elevação geral do nível de diplomação obtido pelos rapazes concentra-se nos níveis intermédios de ensino - e não tanto nos níveis superiores, como sucede com mais intensidade na população feminina.

Diferentemente qualificados, rapazes e raparigas encontrarão distintas oportunidades no mercado de emprego? Vejamos o que, a este respeito, os dados nos desvendam.

Figura 10

População jovem residente que não frequenta o ensino, por nível de instrução possuído, segundo o sexo, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

INSERÇÃO PROFISSIONAL E MEIOS DE VIDA DOS JOVENS

Quando comparada com as tendências desenhadas para o passado (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999; Ferreira et al., 2006; DGEEP/MTSS, 2006), a década que mediou os censos de 2001 e de 2011 parece caracterizar-se pelo acentuar de situações de flexibilização e precarização laboral, expressos em itinerários de inserção socioprofissional mais longos, marcados pela intermitência e sujeitos a maiores riscos, o que determina, por sua vez, maiores constrangimentos à conquista plena de independência económica. É para este cenário que remetemos os dados produzidos no âmbito desses momentos censitários, no que respeita à evolução da estrutura de condições perante o trabalho da população jovem portuguesa, e dos seus principais meios de vida.

Condição perante a atividade económica dos jovens

A estrutura da *condição perante a atividade económica*, repartida em função de duas grandes categorias - a população inativa e a população ativa -, permite a identificação de diferentes tipos de relação entre os jovens e a atividade económica, dando conta de diferentes etapas do seu processo de inserção profissional e, em última instância, das suas condições de emancipação social.

A partir desse indicador, fica-se a saber a dimensão e a composição da população jovem: 1) em situação de *inatividade*, ou seja, os jovens que, na semana de referência no momento censitário, não são considerados economicamente ativos, ou seja, que não estão empregados nem desempregados, englobando estudantes, domésticos, reformados, incapacitados e inativos noutras situações; 2) bem como em situação de *atividade*, ou seja, que trabalham ou estão no desemprego.

A primeira tendência que os dados relativos a estes indicadores revelam para a última década é uma crescente *desativação* dos jovens em relação ao mundo do trabalho, o que implica um progressivo *retardamento etário* do início do processo de inserção profissional.

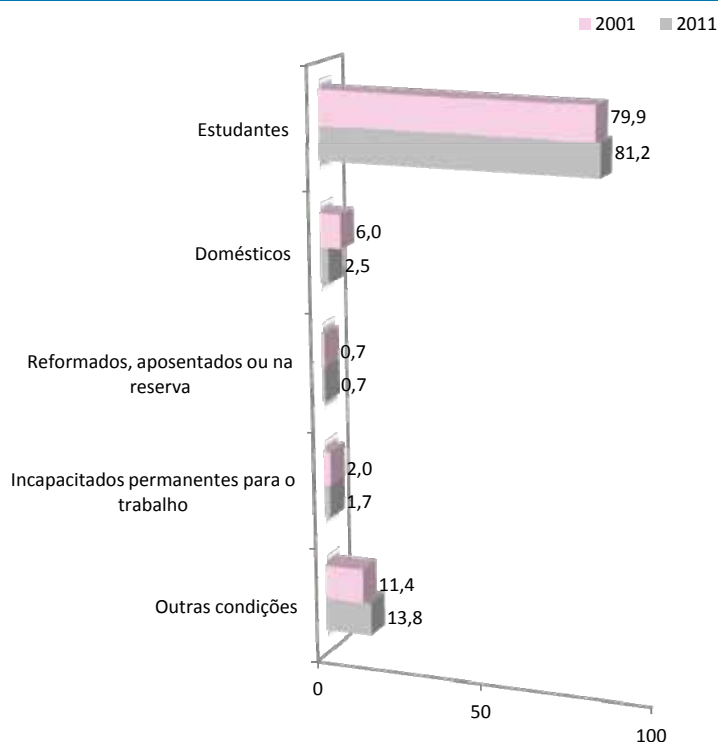
Jovens inativos

Considerando a progressiva escolarização das mais jovens gerações, não surpreende o crescimento da população jovem inativa na última década, que aumenta de 36.8 % para 44.1%. De fato, a grande maioria da população juvenil inativa continua, em 2011, na condição de estudante (81.2%) (figura 11). O crescimento da população jovem inativa acontece não apenas por via do aumento da condição de estudante, mas sobretudo com o aumento da categoria que remete para “outras condições perante a atividade económica”, que passa de 11.4% para 13.8%. Correspondendo a situações perante a atividade económica atípicas (segundo a classificação utilizada pelo INE no questionário censitário), estaremos aqui, provavelmente, face ao aumento dos jovens vulgarmente designados “nem-nem”, ou seja, que nem estudam, nem estão em formação, nem trabalham, nem se encontram à procura de emprego.

Observa-se um importante efeito de idade na condição de estudante, que decresce notoriamente à medida que a idade avança: ser estudante abrange 91.1% dos jovens inativos entre os 15 e os 19 anos, descendo para 29.4% para o grupo etário dos 25 e 29 anos. Esse decréscimo é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens, estes tendendo a protagonizar mais do que elas uma dinâmica de «arrastamento» dos seus percursos escolares (entre os 25-29 anos, são ainda 40.3% os jovens inativos do sexo masculino, proporção que desce para 23.5% entre as mulheres).

Figura 11

População jovem residente inativa por condição perante o trabalho, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Constata-se também um efeito de idade na categoria “outras condições perante a atividade económica”, mas em sentido diverso ao da condição de estudante, aumentando de 7% dos inativos entre os mais jovens para 43.4% da população jovem inativa entre 25 e 29 anos. É também nesta faixa de jovens adultos que o conjunto de situações atípicas perante a atividade económica mais cresce na última década, praticamente para o dobro - em 2001 ficava-se pelos 29.4%. E se em 2001, nessa faixa etária, tal conjunto de situações atípicas predominava entre os jovens do sexo masculino (40.9%, contra apenas 23.1% entre o sexo feminino), em 2011 essa diferença de género tende a perder a sua força (atingindo 46.5% dos jovens adultos homens e 40.8% das jovens adultas mulheres).

Por último, e em linha com os resultados dos censos anteriores, a condição de doméstico volta a decrescer na última década, de 6% para 2.5%, continuando a englobar tipicamente as jovens do sexo feminino. No caso específico das jovens com idades compreendidas entre 25 e 29 anos, esta condição desce dos 45.3% (2001) para os 22.3% (2011) - indicador de um maior investimento nos estudos e/ou de inserção na vida profissional.

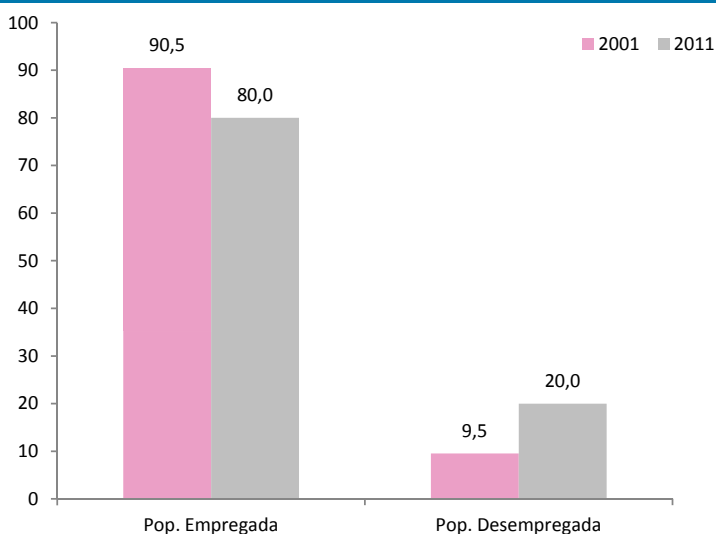
Jovens Ativos

A população ativa corresponde ao conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência no inquérito censitário, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. É, assim, constituída pelos indivíduos nas condições de *empregado* e de *desempregado*.

Entre 2001 e 2011, a população juvenil economicamente ativa em Portugal desceu de 63,2% para 55,9%. Dentro desta, e no mesmo período, destaca-se o aumento assinalável da população jovem desempregada (figura 12) de 9,5% para 20%. Este aumento é sentido sobretudo entre a faixa etária mais jovem: em 2001, 81,9% dos jovens ativos entre 15 e 19 anos encontravam-se empregados e 18,2% desempregados; em 2011 a proporção de jovens empregados cai para 54,7% e a de desempregados sobe para 45,3%. É, de facto, nesta faixa etária que a inserção profissional se demonstra cada vez mais difícil.

Figura 12

População jovem residente ativa por condição perante o trabalho, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Do ponto de vista das qualificações académicas dos jovens ativos desempregados, é de assinalar, na última década, a subida da proporção de jovens desempregados com o 3º ciclo do ensino básico (de 19,3% para 27,2%), mantendo-se, contudo, o lugar cimeiro dos jovens com o ensino secundário, com percentagens na ordem dos 34%. Por outro lado, ainda que, no cômputo geral, a proporção de jovens desempregados com ensino superior não tenha subido muito nesses dez anos (de 20,1%, em 2001, para 23,7% em 2011), verifica-se contudo uma crescente diferença de género: se em 2001 a população ativa desempregada com idades compreendidas entre 25 e 29 anos era muito equivalente entre homens e mulheres diplomados (respetivamente, 24% e 25,6%), em 2011 a diferença é assinalável: 34,2% de mulheres diplomadas desempregadas, contra 28% de homens nessa faixa etária. Constata-se, assim, que a tendência recente de feminização no ensino superior não foi acompanhada de equidade no processo de inserção profissional, penalizando as mulheres no acesso ao mercado de trabalho numa situação de compressão do emprego.

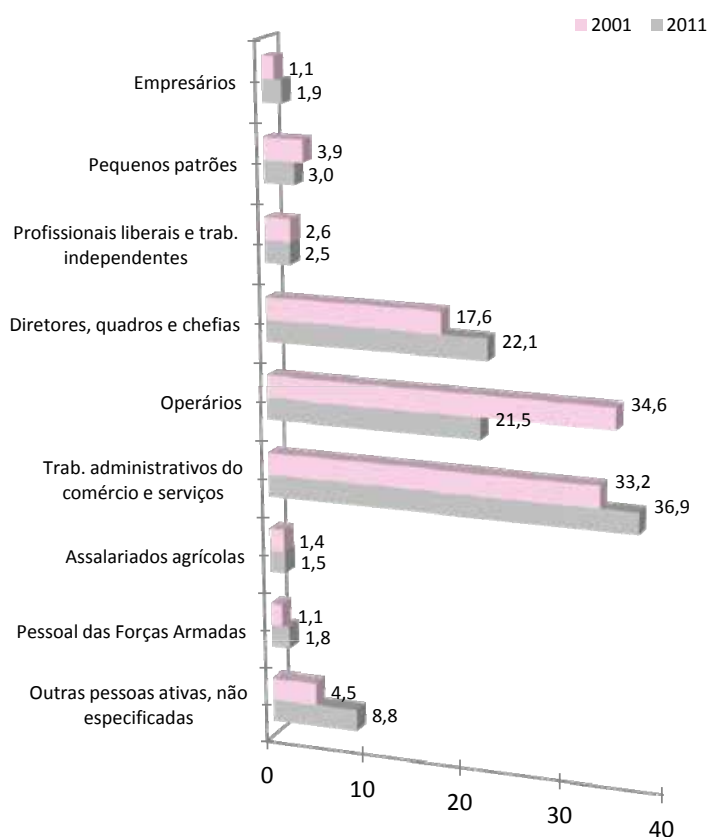
Os efeitos da crescente escolarização das mais jovens gerações sentem-se também ao nível da estrutura socioeconómica da população jovem ativa residente no país (figura 13). Considerando a variável *grupo socioeconómico*³, entre 2001 e 2011, é notório o decréscimo do peso dos jovens “operários” (de 34,6% para 21,5%). Esta tendência é acompanhada, por sua vez, pelo aumento pulverizado da proporção de jovens integrados nas categorias “diretores, quadros e chefias” (de 17,6% para 21,5%, sendo esse aumento mais significativo entre as mulheres na faixa etária 25-29 anos, de 27,5% para 33,4%) e “trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços” (de 33,2% para 36,9%, sendo esta categoria substancialmente mais frequente entre as mulheres - 47,5% - que entre os homens - 26,1%). A hipótese do crescimento destas categorias decorrer de efeitos da recente escolarização da mão-de-obra juvenil ancora-se no facto de, quando analisadas ao detalhe e não apenas em grandes grupos socioeconómicos, se perceber que o crescimento acontece sobretudo ao nível dos “empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas”, “profissionais intelectuais e científicos independentes”, e “quadros intelectuais e científicos”.

Por fim, nota-se ainda na composição da população jovem ativa residente em Portugal um aumento ligeiro da proporção de jovens “empresários” (de 1,1% para 1,9%). Aumentam igualmente os “outros ativos” não classificados – que, em 2011, chegam aos 35,2% entre os jovens de 15 aos 19 anos, indicando tratar-se de situações atípicas de emprego, eventualmente de natureza informal, próprias dessa faixa etária.

³ Segundo os critérios metodológicos dos Censos, a variável grupo sócio-económico é estabelecida através de vários indicadores que procuram refletir o universo da atividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos. Estão presentes as seguintes variáveis primárias: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha. Note-se que para efeitos de sistematização analítica a totalidade dos 28 grupos foi agregada em 9 grandes grupos.

Figura 13

População jovem residente ativa por grupo socio-económico (grandes grupos), Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Os jovens e seus meios de vida

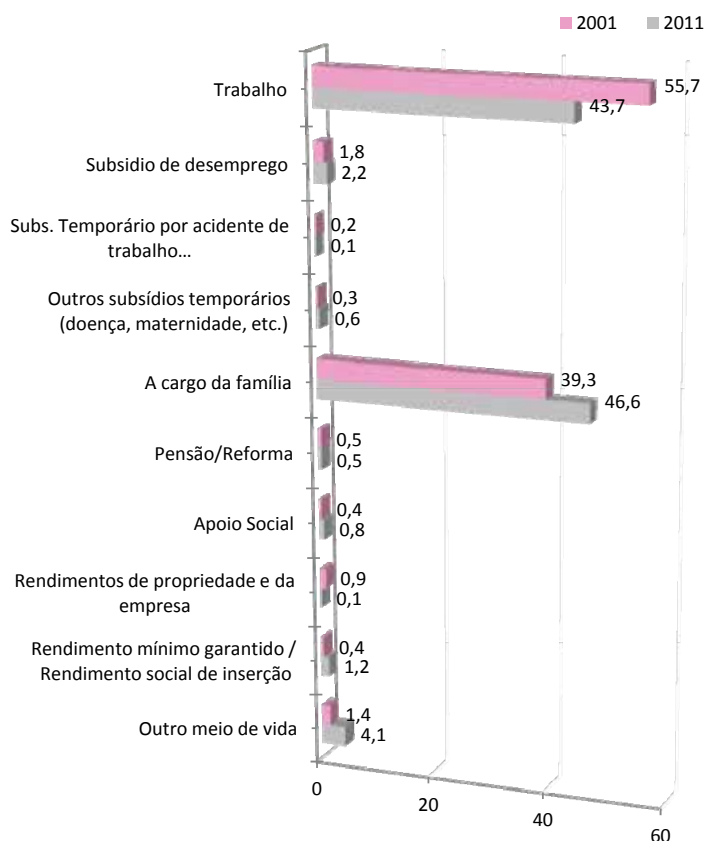
Num contexto em que os processos de inserção profissional dos jovens tendem a complexificar-se, interessa identificar as suas modalidades de obtenção de rendimento, nomeadamente daqueles jovens que estão desempregados, bem como as eventuais transformações no seu principal *meio de vida* havidas na última década.

Entende-se por *principal meio de vida*, segundo o INE, a fonte principal de onde o indivíduo retirou os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência nos últimos doze meses anteriores ao momento censitário. No censo de 2001 este indicador era obtido com a pergunta “qual é o seu principal meio de vida”; no censo de 2011 a formulação da questão passou a ser mais específica no tempo que pretende abranger: “qual a sua principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses” (anteriores ao momentos censitário).

Ora, os dados mostram que, em 2001, mais de metade da população jovem entre 15 e 29 anos tinha como principal meio de vida o *trabalho* (55.7%), sendo ainda muito significativa a proporção daqueles que viviam *a cargo da família* (43.7%) (figura 14). Na última década, todavia, observa-se uma inversão da tendência, diminuindo a proporção de jovens que têm o trabalho como principal meio de vida, e aumentando o peso daqueles que estão a cargo da família. Têm aumentado, portanto, os níveis de relativa dependência económica da população jovem portuguesa relativamente à família de origem.⁴

⁴ Relativizamos aqui a noção de dependência económica na medida em que nos limitamos a apresentar o principal meio de vida, não permitindo os dados censitários dar conta das várias formas de dependência/independência mitigada ou parcial subjacentes aos meios de vida dos jovens portugueses. Dados anteriores já chamavam a atenção para “que as situações híbridas de semidependência se tornam quase fases necessárias como consequência de um processo de inserção profissional moroso e atribulado e até por vezes regressivo, em que os jovens não dispõem as ajudas familiares” (Schmidt, 1990: 649).

Figura 14

População jovem residente por principal meio de vida, Portugal, 2001 e 2011 (%)


Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Como seria de esperar, à medida que a idade avança, aumenta a proporção de jovens cujo trabalho constitui o meio de vida prioritário. É de notar, contudo, a diminuição substancial de jovens entre 15 aos 19 anos que têm o trabalho como seu principal meio de vida (de 20.4% em 2001 passam a apenas 6.2% em 2011), passando a grande maioria desta faixa etária a ficar a cargo da família (de 76.3% em 2001 aumenta para 86.1% em 2011). Tal acontece, certamente, devido ao prolongamento das carreiras escolares e ao conseqüente adiamento das inserções profissionais no curso de vida dos jovens.

Esta ordem de fatores terá também produzido, na última década, uma certa homogeneização das diferenças de género no que respeita à situação de independência económica em relação à família, bem como à paralela substituição da família pelo rendimento do trabalho como principal meio de vida. Se em 2001 35% da população jovem masculina vivia a cargo da família, proporção essa que atingia 43.7% entre a população feminina, já em 2011 esse desfasamento quase não se nota, sendo praticamente equivalente a proporção de rapazes e raparigas que encontram na família o seu principal meio de vida (46% e 47%, respetivamente). Do mesmo modo, se em 2001 60.5% dos rapazes já tinham no trabalho a sua principal fonte de rendimento, sendo 50.3% a população jovem feminina em situação equivalente, em 2011 essa diferença de género diminuiu substancialmente (para 45.4% e 42%, respetivamente).

Os dados denotam, portanto, o progressivo desvanecer do cenário de autonomização financeira por via de uma inserção no mercado de trabalho mais tardia por parte das raparigas relativamente aos rapazes. O decréscimo da situação de dependência económica face à família, bem como de acréscimo no rendimento do trabalho como principal fonte de rendimento, é hoje, igualmente, proporcional entre rapazes e raparigas à medida que se avança na idade, ao contrário do que se passava há dez anos atrás. Aí, de facto, notava-se ainda os rapazes a começarem a viver do rendimento proveniente do trabalho mais cedo que as raparigas, que permaneciam na dependência da família até mais tarde e em maior escala.

Na análise das transformações recentes no principal meio de vida dos jovens portugueses, é ainda de considerar o facto de meios de vida residuais entre a população jovem até 2001 terem assumido maior importância na última década: o rendimento mínimo garantido, atualmente rendimento social de inserção, em 2001 abrangia apenas 0.4% da população entre os 15-29, passando a abranger 1.2% em 2011 (proporção que aumenta para 1.5% nos escalões etários entre 20-29 anos). Os jovens que vivem de apoios sociais também passaram de 0.4% para 0.8%, atingindo 1.4% no escalão etário entre 15-19 anos. Destaque-se ainda o notório aumento de jovens que têm “outras situações” como meio de vida, situações atípicas não previstas no inquérito censitário, as quais abrangiam 1.4% da população jovem em 2001, aumentando para 4.1% desta em 2011.

Quando se toma por referência o principal meio de vida da população jovem em situação de desemprego, seria plausível a hipótese de um aumento da sua dependência face à família considerando o franco crescimento do desemprego no atual contexto português. Ora, embora a maioria se encontre a cargo da família, o facto é que se verifica uma ligeira diminuição desta instância como principal meio de vida para esta população entre 2001 e 2011 (de 63.4% desce para 58.7%) (figura 15). Diminuiu também a proporção de jovens que têm no subsídio de desemprego a principal fonte de rendimento (de 20.8% em 2001 para 12.4% em 2011).

Em contraponto, é interessante verificar o aumento de população jovem que, embora em situação de desemprego, tem no trabalho o seu principal meio de vida, vislumbrando-se o crescimento de uma situação que assume contornos de trabalho informal: sobe de 8.1% em 2001 para 15.2% em 2011, atingindo os 20.2% na faixa etária entre os 25 e 29 anos. No espaço de uma década, esta situação de trabalho informal torna-se mais frequente que o recurso ao subsídio de desemprego, o que poderá sugerir que as crescentes dificuldades de acesso a este subsídio por parte dos jovens conduzem ao trabalho informal como forma de sobrevivência num mercado formal de trabalho em compressão.

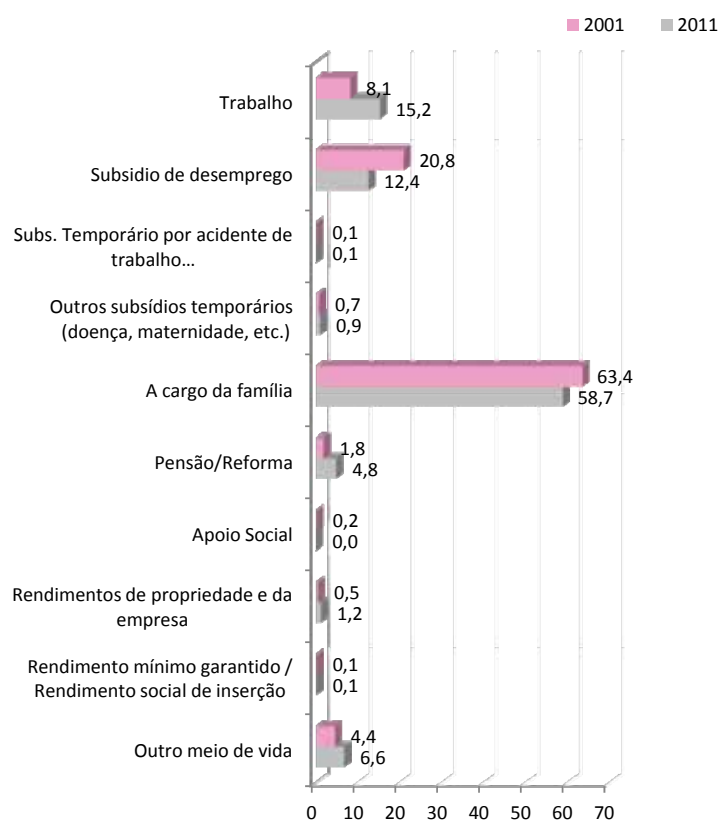
Conclusões

A análise realizada permite discernir três grandes tendências estruturantes da situação social dos jovens de hoje, em Portugal.

Em primeiro lugar, a sua compressão demográfica. Se é verdade que a análise das estimativas da população residente, atualizadas à luz dos resultados do último ato censitário de 2011, revelam que entre 2010 e 2011, pela primeira vez desde os finais dos anos 80, verificou-se um decréscimo da população portuguesa; não é menos verdade que esta quebra da população geral vem acompanhar um outro fenómeno já em curso desde meados da década de noventa do século passado: a progressiva e acelerada diminuição da população jovem

Figura 15

População jovem residente ativa, desempregada, por principal meio de vida, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

nacional. Esta tendência confirmou-se nestes últimos censos, tendo a população portuguesa dos 15 aos 29 anos decrescido 21,3% entre 2001 e 2011. No mesmo sentido, assistimos à diminuição progressiva do peso da população jovem no conjunto da população geral portuguesa entre 2001 e 2011. Os jovens representam neste momento apenas 1/6 da população total geral.

Numa análise mais desagregada, verifica-se que a evolução demográfica da população jovem por grupos etários revela igualmente uma tendência de decréscimo para todos os grupos etários. Neste contexto, a forte quebra registada no índice de crescimento dos escalões entre 20 e 24 anos e entre 25 e 29 anos, poderá dever-se ao facto de possivelmente serem mais afetados pelos efeitos da crise económica na descida do saldo migratório do país. Finalmente, e no que toca à distribuição dos jovens pelo território português, os censos de 2011 não apresentam grandes variações face aos de 2001, mas vêm confirmar tendências já em curso há algumas décadas, nomeadamente a consolidação da crescente urbanização e litoralização da população jovem e do processo generalizado de envelhecimento da população portuguesa em todas as zonas do país.

Um segundo traço estruturante da evolução recente da população jovem portuguesa reside na sua notável progressão no sistema escolar. Os dados apurados atestam-no, inequivocamente. Neste período, não apenas se reforça a “alunização” dos jovens adolescentes – em 2011, eram já quase 84% os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos que continuavam no sistema de ensino – como aumenta também, embora a menor ritmo, a proporção de estudantes entre os jovens dos escalões etários subsequentes. A este respeito observam-se, como vimos, variações de género: no espaço de uma década, as raparigas progredem mais no sistema de ensino. Não obstante, os progressos também verificados no masculino conseguiram atenuar as acentuadas disparidades escolares que, no início da década, separavam rapazes e raparigas.

Por sua vez, os progressos na escolaridade juvenil neste período são atestados, quer pela qualidade das trajectórias educativas ostentadas pelos jovens que ainda frequentam o sistema de ensino – diminuição dos percursos de “atraso” nos estudos face à idade ostentada, avanço para níveis subsequentes de ensino – quer, ainda, pela melhoria do perfil de diplomação obtida pela população juvenil que já não se encontra a estudar-redução drástica do abandono escolar desqualificado, reforço dos diplomas de escolaridade intermédia e avançada. Mais uma vez, neste caso também, as diferenças entre os dois sexos evidenciam-se neste período: as raparigas reforçam significativamente o seu investimento ao nível dos títulos escolares avançados (ensino médio, pós-secundário e superior), ao passo que os rapazes tendem mais a abandonar os estudos após completarem o 3º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário.

Por último, verificam-se dificuldades acrescidas no acesso dos jovens portugueses ao trabalho. Como pudemos verificar, a relativa generalização do acesso ao sistema educativo aumentou o contingente de jovens estudantes e prolongou a sua estadia na escola. Este contexto favoreceu a crescente desativação dos jovens em relação ao trabalho, sem dúvida, mas também o aumento de condições atípicas de inatividade entre os jovens, decorrente dos condicionalismos estruturais que determinaram a recente *compressão do mercado de trabalho*, dificultando o processo de inserção profissional de cada vez mais jovens.

O processo de inserção profissional dos jovens não se encontra apenas dificultado à entrada (é junto do grupo etário entre 15-19 anos que encontramos os maiores índices de crescimento de inatividade e de desemprego entre os jovens na última década), mas também na sua permanência e continuidade, considerando o aumento muito assinalável de situações atípicas de atividade e de inatividade nesse período de tempo (que poderão remeter para situações de informalidade laboral e/ou de “nem trabalhar, nem estudar”), bem como de situações de recurso a apoios sociais como meio de vida principal.

Os níveis de dependência financeira dos jovens em função da família de origem cresceram igualmente relativamente ao trabalho como meio de vida principal, verificando-se o crescimento deste último como meio de vida de muitos jovens desempregados, o que remete para o aumento das situações de trabalho informal e precário nos itinerários juvenis.

Desta caracterização, conclui-se que os jovens portugueses, no plano da inserção profissional, foram bastante vulneráveis às mutações económicas e sociais que ocorreram em Portugal nos últimos 30 anos. De facto, as camadas juvenis têm-se confrontado cada vez mais, nos últimos anos, com o prolongamento da sua situação

de dependência da família de origem, vendo-se simultaneamente complexificada e retardada a sua inserção estável e duradoura na vida ativa.

O cenário traçado indicia, assim, um retardamento etário na entrada no mundo do trabalho, bem como o prolongamento dessa condição social que se toma como *juventude*, considerando que aquele marcador é em Portugal um dos mais valorizados socialmente na passagem ao estatuto de adulto, implicando em outras dimensões da transição para a adultícia (Ferreira e Nunes, 2010).

Com efeito, as dificuldades acrescidas de inserção socioprofissional dos jovens, as novas modalidades de entrada no mercado de trabalho, mais flexíveis, precárias e até mesmo informais, a falta de proteção social a que estão sujeitos, têm consequências na sua vida quotidiana, afetando as formas de transição para a vida adulta nas suas várias esferas: as dificuldades de autonomia financeira por que passam resultam na dilatação temporal da sua situação de dependência da família de origem, no adiamento de projetos de conjugalidade e de parentalidade, na procura de alternativas laborais no estrangeiro, identificando, em suma, a ausência de condições favoráveis à sua emancipação e autonomia social.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, P. (2003). Os sentidos da escola. Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, A.N. (2005). O que as famílias fazem à escola - pistas para um debate. *Análise Social* Vol. XL, 176, 579-593.

ALMEIDA, A.N. e VIEIRA, M.M. (2006). A escola em Portugal. Novos olhares, outros cenários. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ALVES, N. (2008). Juventudes e inserção profissional. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.

ALVES, N.A., CANTANTE, F., BAPTISTA, I., CARMO, R.M. (2011). Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro. Lisboa: Mundos Sociais.

BYNNER, J. e PARSONS, S. (2002). "Social exclusion and the transition from school to work: the case of young people not in education, employment, or training (NEET)", *Journal of Vocational Behaviour*, n.º 60, pp. 289-309.

CAPUCHA, L. (coord.), ALBUQUERQUE, J.L., RODRIGUES, N., ESTÊVÃO, P. (2009). Mais escolaridade - realidade e ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.

CORREIA, J.A. e MATOS, M. (2001); "Da crise da escola ao escolocentrismo", In STOERS S., CORTESÃO L. e CORREIA, J.A. (ORG.), *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à "educação" da crise*, Porto: Edições Afrontamento.

CUNHA, V. (2007). O lugar dos filhos. Ideais, práticas e significados. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

DGEEP/MTSS (2006). Os jovens e o mercado de trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas. DGEEP/MTSS: Lisboa.

- DURU-BELLAT, M. (2006). *L'inflation scolaire. Les désillusions de la méritocratie*. Paris : Éditions du Seuil.
- FERRAND, M. (2004). *Féminin, masculin*. Paris : La Découverte.
- FERREIRA, V.S. (org.) (2006). *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.
- FERREIRA, V.S. e NUNES, C. (2010). "Transições para a idade adulta", in PAIS, J.M. e FERREIRA, V.S. (orgs.). *Tempos e transições de vida. Portugal ao espelho da Europa*, col. *Atitudes Sociais dos Portugueses*, n.º 10. Lisboa: ICS, pp. 39-67.
- FERREIRA, V.S., FIGUEIREDO, A.L., LORGA DA SILVA, C. (1999). *Jovens em Portugal. Análise longitudinal de fontes estatísticas 1960-1997*. Oeiras: Celta Editora.
- GUERREIRO, M.D. e ABRANTES, P. (2004). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: DGEEP.
- INE (2013). *Estatísticas demográficas 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LOPES, J. T. (1996). *Tristes escolas - práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento.
- NUNES, A. S. (1968). *A população universitária portuguesa: uma análise preliminar*. *Análise Social*, 22-23-24, pp. 295-385.
- PAIS, J.M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- PASQUIER, D. (2005). *Cultures lycéennes. La tyrannie de la majorité*. Paris: Éditions Autrement.
- PEIXOTO, J. (2013). *Migrações*. In CARDOSO, J.L., MAGALHÃES, P., PAIS, J.M. (eds.) *Portugal de A a Z: Temas em aberto*. Lisboa: Expresso/ICS-UL.
- RAYOU, P. (2000). *La citoyenneté lycéenne et étudiante*. In VAN ZANTEN, A. (ed.). *L'école, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.
- RESENDE, J. (2010). *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- RIBEIRO, A. M. (2007). *A vantagem escolar das raparigas no secundário: resultados escolares e identidades juvenis numa perspectiva de género*. In VIEIRA, M. M. (ed.). *Escola, jovens e media* (pp. 109-135). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, L. (1990). "Jovens, família, dinheiro, autonomia", *Análise Social*, vol. 25, n.º 108-109, pp. 645-673.
- VIEIRA, M.M. (2005). *O lugar do trabalho escolar – entre o trabalho e o lazer?* *Análise Social*, vol. XL, nº 176, 519-545.

VIEIRA, M.M. (2011). Retrato do jovem enquanto aluno: participar na escolaridade, preservar a privacidade. In DOMINGOS F. (org.). Avaliação em Educação: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais (Brasil): Editora Melo. pp.135-154.

WALL, K. (Ed.) (2005). Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

YATES, S., PAYNE, M. (2006). "Not so NEET? A critique of the use of 'NEET' in setting targets for interventions with young people", Journal of Youth Studies, vol. 9, n.º 3, pp. 329-344.